

CONTRATO Nº 124/2023

Processo Administrativo nº 2.241/2023

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.845.086/0001-03, com sede na Rua Macário Ferreira, nº 517, Centro, Serrinha-Ba, representada pelo Exmº Sr. Prefeito, Sr. **Adriano Silva Lima**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **IVI TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA**, estabelecida na Avenida Senhora Santana, nº 781, Santa, Serrinha – BA, CEP 48.700-000, inscrito(a) no CNPJ sob nº 11.299.109/0001-98, através do seu representante legal, Sr(ª) **Romildo Fernandes Lima Filho**, inscrito(a) no CPF sob o nº 006.421.365-05, denominada **CONTRATADA**, observada a Licitação **Pregão Eletrônico nº 033/2023**, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº 1.205/2018; Lei Estadual nº 9.433/05 de 01 de março de 2005; Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Serviços de acesso à internet, incluindo circuitos de comunicação de dados, locação de equipamentos e gerenciamento.

§1º. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§2º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos § 1º e 3º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 143, § 1º e 3º, da Lei Estadual nº 9.433/05.

§3º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de execução dos serviços estão previstos no termo de referência anexo a este edital. Os serviços serão executados, a partir da emissão da 1ª Ordem de Fornecimento, de acordo com as necessidades do órgão solicitante. A vigência contratual iniciará da assinatura do contrato por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O valor global do contrato é de **R\$ 348.883,20** (Trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos). Os pagamentos serão efetuados conforme a demanda de cada secretaria demandante conforme especificado no termo de referência em consonância com a tabela abaixo relacionada:





ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QTDE.	MARCA	VL REF.	VL TOTAL
1	174864	SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET 300MBPS POR MEIO DE INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA	MES	12	PRÓPRIA	R\$ 14.886,00	R\$ 178.632,00
2	172581	SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET DE 40MBPS, SEM RESTRIÇÃO QUANTO À INFRAESTRUTURA DE ACESSO.	SER	1680	PRÓPRIA	R\$ 60,30	R\$ 101.304,00
3	171280	SERVIÇO DE INTERCONEXÃO DE REDE COM DATA CENTER POR MEIO DE INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA.	SER	168	PRÓPRIA	R\$ 410,40	R\$ 68.947,20
						TOTAL	R\$ 348.883,20

(Trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos)

§1º - Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade: 60001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 2012 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração

Elemento de despesa: 33903900

Fonte de recursos: 15000000

Unidade: 64001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 2045 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de despesa: 33903900

Fonte de recursos: 15000000

Unidade: 62002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Educação

Elemento de despesa: 33903900





Fonte de recursos: 15001001

Unidade: 63002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2035 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde

Elemento de despesa: 33903900

Fonte de recursos: 15001002

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura e entrega devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

§1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da mesma por parte da CONTRATADA.

§2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA do IBGE *pro rata tempore*.

§3º. Em conformidade com o inc. II, § 4, do art. 40, da Lei Federal nº 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Tratando-se de empreitada pelo valor global, com execução de serviços continuados o valor será reajustável anualmente pelo IPCA.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas no ANEXO I do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) Os serviços serão executados nos locais indicados, no prazo pela contratante, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) B) Encarregar-se de todos os custos e demais necessidades pertinentes aos serviços e à entrega dos materiais, inclusive responsabilizando-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega do mesmo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os materiais com avarias ou defeitos;
- d) Os serviços deverão ser realizados conforme determinação da secretaria solicitante, com endereço informado no pedido de compra, respeitando o calendário de dias úteis do Município de Serrinha, me horário de expediente.
- e) Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições definidas no Termo de Referência;
- i) Somente será confirmada a entrega dos materiais quando os mesmos estiverem, acompanhados das notas fiscais com detalhamento, para conferência e posterior atestado de recebimento.
- j) O Contratado deverá atentar-se aos prazos estabelecidos para execução dos serviços, podendo este ser notificado e penalizado caso exceda o limite do prazo, mesmos com prévia comunicação formalizada expondo motivos para atrasos, ficando ao poder público o poder de acatar ou não tais justificativas.
- k) O fornecedor deverá atentar-se ao prazo de até 30 dias para pagamento de faturas emitidas, não podendo este justificar não entrega, atrasos, dificuldades, ou entregas parciais por motivos de não pagamento de notas fiscais faturadas dentro deste período.
- l) Acompanhar as publicações em Diário oficial do Município, assegurando que toda e qualquer notificação seja de conhecimento da contratada, mesmo que sem envio de notificação à endereço eletrônico e ou físico.
- m) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- n) manter durante a execução todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- o) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais durante a execução;
- p) não subcontratar a entrega dos materiais previstos neste instrumento no seu todo, podendo, mediante prévia autorização do CONTRATANTE, fazê-lo com relação a parte dele cabendo-lhe neste caso, toda a responsabilidade acerca dos possíveis danos causados em razão da subcontratação;
- q) não caucionar ou utilizar esse termo a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Contratante;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) Realizar o pagamento pela execução do contrato.
- c) O(a) servidor da Prefeitura Municipal de Serrinha-Ba, indicado (a) para fiscalizar a execução dos fornecimentos dos SERVIÇOS realizados pela contratada,
- d) Emitir a ordem de fornecimento à contratada, autorizando o início dos trabalhos.
- e) Acompanhar 'in loco' o recebimento dos SERVIÇOS observando a pertinência das informações do termo de referência;
- f) Advertir à contratada "formalmente" sempre que esta incidir em descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.
- g) Comunicar ao Secretário(a) ordenador da despesa através de C.I – **COMUNICAÇÃO INTERNA**, formalizada pelo fiscal/gestor do contrato atualizando(a) dos andamentos dos trabalhos; saldo físico e financeiro do contrato.
- h) Atestar os recebimentos provisórios e definitivos de todos os SERVIÇOS oriundos dos serviços solicitados.



- i) O fiscal do contrato deve solicitar, formalmente, da contratada a indicação do preposto com poderes para representar sua empresa perante à contratante.

CLÁUSULA NONA - FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução é empreitada global.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

Fica designado o Sr. Igor Campos de Oliveira como Gestor de Contratos e o Sr. Brunno Pimentel Pinheiro como Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Administração, Portaria nº 221 de 11 de março de 2022. A Sra. Leidiane de Santana Barbosa como Gestora de Contratos e o Sr. Robson Azevedo Lopes Silva como Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, Portaria nº 213 de 09 de março de 2022. A Sra. Monique Santana Capistrano da Silva como Gestora de Contratos e os seguintes servidores como Fiscais de Contratos; Sra. Natalli Soeiro Costa, Jean Augusto do Rosário Costa, Thales Crissostomo Pastor Pimentel e Sr. Gilmarcos Lima da Costaef, da Secretaria Municipal de Educação, Portaria nº 098 de 27 de fevereiro de 2023. O Sr. Rejanio Luiz Andrade Pimentel como Gestor de Contratos e o Sr. José Reis Souza Silva como Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Portaria nº 275 de 22 de março de 2022.

- a) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao Órgão de Controle Interno, Acompanhamento e Avaliação Financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

Parágrafo único: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

10.1. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

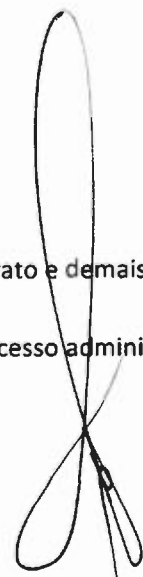
- 1.1.1. O descumprimento do contrato ensejará aplicação sanções estabelecidas no Edital.
- 1.1.2. Aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente ao contratado penas de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.
- 1.1.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:
- 1.1.3.1. advertência;
- 1.1.3.2. multa, de acordo com o previsto no contrato;
- 1.1.3.3. suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 1.1.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 1.1.3.5. será concedida reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.
- 1.1.3.6. Além das penalidades citadas, o contratado fica sujeito às demais sanções civis e penais previstas em Lei.
- 1.1.3.7. Intimação dos atos correspondentes à pena de suspensão temporária e à declaração de inidoneidade será feita mediante publicação na imprensa oficial.
- 1.1.3.8. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado ao contratado direito ao contraditório e à ampla
- 1.1.3.9. defesa, no prazo de cinco dias úteis

10.2. Em se tratando da modalidade pregão, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes, pelo prazo de até cinco anos, licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta:

- deixar de celebrar o contrato;
- deixar de entregar documentação exigida no edital;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- não manter a proposta;
- falhar na execução do contrato;
- fraudar a execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal.

11.2.1. Essas penalidades não excluem multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais, em especial as estabelecidas na Lei nº 8.666/1993.

11.2.2. Aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo





11.2.3. Processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer Tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

11.2.4. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

11.2.5. A contratada está sujeita a todas as sanções contidas nos artigos 86 ao 88 e crimes e penas contidos nos artigos 88 ao 99 da lei 8.666/93.

10.3. DOSIMETRIA APLICÁVEL SANÇÃO DE CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA:

CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA DOSIMETRIA APLICÁVEL	DOSIMETRIA APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Não manter a proposta	4 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

10.4. Da Multa

11.4.1. A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;
- b) 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

11.4.2. A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser formalizada mediante apostilamento contratual, na forma do artigo 65, §8.º da Lei n.º 8.666/1993 e será executada mediante:

- I - quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;
- II - desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- III - desconto no valor das parcelas devidas à contratada e;
- IV - procedimento judicial.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou aquele que vier a substituí-lo.



§2º A Atualização pelo índice previsto no parágrafo anterior, será aplicada até o primeiro DAM emitido após decisão definitiva.

§3º Em caso de inadimplência do DAM, prevista no §2º, será aplicada a seguinte regra:

a) a partir do 1º dia de atraso correrá multa de mora de 0,33%, por dia de atraso, limitado ao percentual de 20%; e

b) a partir do 1º dia do mês subsequente a data de vencimento, começará a aplicar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sendo aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

§4º O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, mediante autorização da Diretoria Executiva, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, observando-se ainda o disposto na Instrução Normativa, que versa sobre a matéria, em vigência, à época, do pedido de parcelamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Estadual nº 9.433/05.

§1º. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 167, incisos I a XV, XX e XXI da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I, XIII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 167, incisos I, XVI, XX da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido na forma do § 2º do art. 79 da Lei Geral de Licitações e o art. 168, § 2º da supramencionada Lei Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Serrinha, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha – Ba, 24 de julho de 2023.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Serrinha
Rua Macário Ferreira, nº 517– Centro
Serrinha – Ba. CEP: 48700-000
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 3261-8500
www.serrinha.ba.gov.br

MUNICÍPIO DE SERRINHA BAHIA
ADRIANO SILVA LIMA
CONTRATANTE

IV

Avenida do Estímulo s/nº IV
TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
EIRELI Nº 12199000198
Nº de Inscrição: OICP-BRASIL S/A, Lda
Seminário, OU-AC SOLUTIM Melpia vs OU
+ 13084660000122, OU-Precatório + 1317
Certificado RJ + 131711 TECNOLOGIA E
COMUNICAÇÃO EIRELI Nº 1290109000198
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.24 / 14:52:55-03'00"
Fonte: Profl Reader Versões: 12.1.2

Tecnologia e Comunicação
Nº: 008-OU=ICP-BRASIL, S=BR, L=Seminário, OU=AC-Soluti Multipla v5, OU=+21308480000122, DU=Prac...
Certificado P.J. A1, CN=M.TEC.SOLUTIO E COMUNICAÇÃO EIRELI, 1299109000198
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.24 14:42:56-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2

IVI TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA
ROMILDO FERNANDES LIMA FILHO
CONTRATADA



EXTRATO (CONTRATO Nº 124/2023)



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Serrinha
Rua Macário Ferreira, nº 517 – Centro
Serrinha – Ba. CEP: 48700-000
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 321-8500
www.serrinha.ba.gov.br

EXTRATO

CONTRATO: 124/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 033/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2.241/2023

O Prefeito do município de Serrinha, BA, torna pública a contratação:

CONTRATANTE: Município de Serrinha - Bahia

CONTRATADA: IVI Tecnologia e Comunicação LTDA.

CNPJ: 11.299.109/0001-98

OBJETO: Serviços de acesso à internet, incluindo circuitos de comunicação de dados, locação de equipamentos e gerenciamento.

ASSINATURA: 24/07/2023

VIGÊNCIA: 24/07/2023 a 23/07/2024

VALOR: R\$ 348.883,20 (Trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
6001	2012	33.90.39	15000000
6401	2045	33.90.39	15000000
6201	2019	33.90.39	15001001
6301	2035	33.90.39	15001002